

Dinâmica de acesso e uso das Linhas Verdes do Pronaf no estado Gaúcho¹

Dynamics of access and use of Pronaf's Green Lines in the state of Rio Grande do Sul

Alessandra Troian

alessandratroian@unipampa.edu.br

Professora Associada na Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, Brasil

Mitali Daian Alves Maciel

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas (IE/Unicamp)
Campinas, SP, Brasil

Felipe Gomes Madruga

felipemadruga@unipampa.edu.br

Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, Brasil

GT11. Elaboração e análise de política para agropecuária

Resumo

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a principal política pública brasileira de fomento à agricultura familiar. A partir do Plano Safra de 2003/2004 foram implementadas no programa linhas alternativas de financiamento, visando incentivar a produção sustentável, por meio das linhas verdes. Nesse sentido, considerando a relevância da política de crédito rural para o estado gaúcho e que este, apesar da relevância na produção agropecuária nacional, enfrenta sérias discrepâncias regionais apresentando duas regiões bem delimitadas, a metade Sul, com grandes propriedades, criação de gado e cultivo de grãos e a metade Norte, com forte presença da agricultura familiar e uma gama variada de atividades econômicas, o presente estudo visa analisar a distribuição e os usos dos recursos das linhas verdes do Pronaf entre os municípios do estado gaúcho, no período entre 2015 e 2025. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como quantitativa, realizada mediante a coleta e análise de dados secundários, disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Os resultados mostram que os recursos das linhas verdes do Pronaf se concentraram na região da Serra Gaúcha, os municípios de Antônio Prado, Ipê, Santo Antônio do Palma e Bento Gonçalves, juntos, acessaram aproximadamente 40% dos recursos. Os principais produtos financiados pelas linhas foram tratores, uva e máquinas e implementos. O acesso às linhas verdes do Pronaf sugere certo direcionamento regional e produtivo, o qual precisa ser melhor divulgado e distribuído no estado, como em regiões com emergência ambiental, a exemplo do Pampa Gaúcho.

Palavras-chave: Crédito rural, desigualdade regional, produção sustentável, agricultura familiar.

Abstract

The National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf) is the main Brazilian public policy for promoting family farming. Starting with the 2003/2004 Crop Plan, alternative financing lines were implemented in the program, aiming to encourage sustainable production through the green lines. In this sense, considering the relevance of rural credit policy for the state of Rio Grande do Sul, which, despite its importance in national

¹ A pesquisa foi realizada no âmbito do Círculo de Estudos em Desenvolvimento e Ruralidade, pelo projeto “Desenvolvimento e subdesenvolvimento: dinâmica socioeconômica da Campanha Gaúcha e da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”.

agricultural production, faces serious regional disparities presenting two well-defined regions—the southern half, with large properties, cattle raising, and grain cultivation, and the northern half, with a strong presence of family farming and a wide range of economic activities—this study aims to analyze the distribution and use of resources from Pronaf's green lines among the municipalities of Rio Grande do Sul, during the period from 2015 to 2025. Methodologically, the research is characterized as quantitative, conducted through the collection and analysis of secondary data available in the Agricultural Credit Data Matrix of the Central Bank of Brazil. The results show that the funds from Pronaf's green lines were concentrated in the Serra Gaúcha region, with the municipalities of Antônio Prado, Ipê, Santo Antônio do Palma, and Bento Gonçalves together accessing approximately 40% of the resources. The main products financed by these lines were tractors, grapes, and machinery and implements. Access to Pronaf's green lines suggests a certain regional and productive targeting, which needs to be better publicized and distributed throughout the state, particularly in regions facing environmental emergencies, such as the Gaúcho Pampa.

Keywords: Rural credit, regional inequality, sustainable production, family farming.

1. Introdução

O Brasil é caracterizado como um país de dimensão continental, heterogêneo e desigual. A representação mais conhecida sobre a questão da desigualdade regional, remonta às décadas entre 1930 e 1950, e se relaciona à ideia da existência de “dois Brasis”. O território nacional foi dividido por uma profunda diferenciação que separa as regiões mais modernas do Sudeste e Sul das regiões mais atrasadas do Norte e Nordeste (Grin et al., 2021). As diferenças regionais no país se acentuaram com o processo de industrialização, concentrada desde a economia cafeeira na região Sudeste, responsável por transformações, como o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos devido ao fenômeno do êxodo rural, promovido pela queda do ciclo cafeeiro (Rego e Marques, 2011).

Os principais eixos econômicos regionais no Brasil eram o Sul do país com a pecuária e a sua longa tradição de abastecimento ao mercado interno. O Nordeste com a economia açucareira e a produção de algodão, e o Norte com o ciclo da borracha na Amazônia (Holanda, 1995). Contudo, as relações de trabalho, como o não assalariamento, na região Norte, dificultaram a constituição de um mercado regional interno; a estagnação técnica no Nordeste foi a principal responsável pelo baixo dinamismo e produtividade da região; e a falta de dinâmica industrial autossustentada no Sul, impediram que essas regiões atingissem o mesmo progresso do Sudeste (Cano, 1998). Assim, ao captar de forma sintética a realidade do desenvolvimento regional no Brasil, essa divisão, por diversos motivos históricos, continua sendo uma marca intrínseca e estrutural do desenvolvimento regional nacional.

Em especial, na Região Sul do Brasil, apesar de o Rio Grande do Sul ser considerado como um dos estados brasileiros mais desenvolvidos do país, em termos de participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com o percentual de 6,50% – quarto estado – puxado pela agropecuária, principalmente o cultivo da soja (IBGE, 2021). Como também em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com 0,77, em 2021, nível considerado alto, sendo o quinto maior do país (IBGE, 2024), quando se analisa regionalmente, é possível verificar que o estado possui discrepâncias e diferenciações regionais. A formação econômica e social do Rio Grande do Sul apresenta duas regiões historicamente distintas: a Metade Norte e a Metade Sul.

O processo de desenvolvimento regional da metade Norte do estado do Rio Grande do Sul, que possui como macrorregiões o Nordeste e a região Metropolitana de Porto Alegre, revela uma sociedade caracterizada por pequenas e médias propriedades formando a base para a presença de indústrias e, conseqüentemente, das concentrações urbanas (Tillmann, Menezes e Fernandez, 2017). A dinâmica demográfica e a economia de aglomeração que se instalaram

nas proximidades da capital gaúcha, constituem um dos principais fatores para a expansão e diversificação da metade Norte. Ademais, as aglomerações e o alto crescimento da renda per capita tendem a se localizar na região da Serra. Conforme Fochezatto e Céspedes (2023), a demografia das empresas no Rio Grande do Sul mostra que as maiores taxas de sobrevivência estão na macrorregião Nordeste do estado.

No que se refere ao contexto de desigualdades regionais, a metade Sul apresenta um panorama em que a estrutura produtiva é totalmente distinta da metade Norte. A questão do “atraso no desenvolvimento” da metade Sul do Rio Grande do Sul remonta aos anos 1990, em que se formulou a tese de região “atrasada” e “empobrecida”, contrapondo-se à metade Norte industrializada e desenvolvida (Soares e Sassi, 2019). A região, predominantemente agrária, é considerada de baixo desenvolvimento, por manter sua base agropastoril e estrutura fundiária extremamente concentrada.

Reduzir a região à noção de atraso ou pobreza seria uma simplificação. A estagnação econômica da metade Sul não significa ausência de riqueza, mas sim concentração fundiária e produtiva que gerou desigualdades sociais marcantes (Soares, 1996; Hentz, 2013). De fato, pecuaristas, produtores de arroz e soja alcançam altos níveis de renda e qualidade de vida, enquanto parcela significativa da população enfrentam desemprego, pobreza e falta de acesso a serviços básicos (Alves, Silveira e Ferreira, 2007; Hentz, 2013). Assim, a chamada “pobreza da metade Sul” deve ser compreendida menos como um fenômeno homogêneo e mais como resultado de uma estrutura socioeconômica concentradora, que beneficia determinados grupos e exclui outros. A divisão Norte-Sul expressa a coexistência de modelos de desenvolvimento distintos e desiguais dentro do mesmo estado.

O fraco dinamismo da economia da metade Sul do estado gaúcho tem como limitador a baixa variedade dos produtos oriundos da agropecuária (Cargnin, 2014). Por outro lado, a conjuntura, a partir do advento da modernização agrícola, com a expansão das lavouras, sobretudo de soja, apresenta-se como ameaça ao desenvolvimento do Pampa Gaúcho (Maia e Troian, 2022). No contramovimento da difusão da agricultura em escala industrial, as atividades agropecuárias, realizadas por agricultores e pecuaristas familiares carregam o potencial de reduzir os danos ao território, devido à forma de uso e a ocupação. Nessa perspectiva, evidencia-se o amplo sentido ao qual denotam essas atividades, na relação entre o campo e o homem, como também a inter-relação resultante deste processo que, carregam em sua gênese, fatores de valorização territorial, mediante técnicas de manejo de proteção da biodiversidade, que promovem uma nova relação entre os seres humanos e a natureza, pautada na qualidade de vida e no bem-estar (Maia, Troian e Maciel, 2024).

Como forma de potencializar a produção rural familiar, o Rio Grande do Sul se destaca como o estado brasileiro que, nas últimas décadas, mais acessou os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Schneider, Cazella e Mattei, 2021; Fossá, Villwock e Matte, 2024). O expressivo acesso ao crédito no estado gaúcho ocorre em função de seu potencial produtivo, da capacidade do tecido social dos produtores rurais em termos de organização – para adesão à política de crédito – e da capilaridade do sistema bancário em todo o estado, especialmente do Banco do Brasil e das cooperativas (Cavinato e Capitani, 2023).

O Pronaf, criado em 1996, é um marco na intervenção e atenção do Estado brasileiro à agricultura familiar (Schneider, Cazella e Mattei, 2021). Isto porque o Estado cria uma política pública específica ao segmento da agricultura familiar, que, inicialmente, previa para além do financiamento rural, a perspectiva da governança participativa e o suporte à melhoria da infraestrutura das comunidades rurais (Gazolla e Schneider, 2013). O Pronaf passou por diversas modificações ao longo dos anos, principalmente a partir do ano de 2003, para a

ampliação do público-alvo, adequações nos prazos de pagamentos, redução das taxas de juros para atender a realidade da agricultura familiar brasileira (Mattei, 2015).

A partir do Plano Safra de 2003/2004 foram ampliadas as possibilidades de financiamento junto ao Programa, visando incentivar a produção de forma sustentável do ponto de vista ecológico e ambiental (Fossá et al., 2023). Com efeito, para promover e incentivar sistemas produtivos de base agroecológicos, foram criadas linhas especiais de crédito que ficaram conhecidas como linhas verdes, que se configuram como uma importante política creditícia para a produção sustentável (Lopes e Almassy Júnior, 2023).

As linhas foram desenvolvidas para fomentar práticas sustentáveis na agropecuária e promover a adoção de tecnologias e manejos que respeitem a biodiversidade, desempenhando papel importante no incentivo à conservação ambiental. As linhas verdes que compõem o Pronaf são: i) Agroecologia; ii) Floresta; e iii) Eco. Apesar do caráter inovador, a implementação dessas linhas não impediu uma desigual distribuição e acesso ao crédito nas diferentes regiões brasileiras, prevalecendo o avanço das linhas tradicionais do Programa e a concentração do volume de recursos, sobretudo na região Sul do país (Fossá et al., 2023).

Aquino, Gazolla e Schneider (2021) além de identificaram tais linhas com a nomenclatura “Verdes”, apontam para um certo otimismo que poderia amplificar as possibilidades daqueles agricultores com interesse em trilhar caminhos alternativos ao padrão tecnológico de modernização da agricultura brasileira. De lá, para cá, quase duas décadas se passaram e praticamente nada se alterou, persistindo a lógica do Pronaf em centrar suas operações e a maior parte dos recursos a poucos cultivos, *commodities* agrícolas, integradas às cadeias do agronegócio (Wesz Junior, 2021; Conterato, Bráz e Rodrigues 2021; Toledo e Zonin, 2021; Fossá, Schervinski Villwock e Matte, 2024).

Fossá, Tonezer e Badalotti (2018) e Fossá et al. (2023) demonstram as fragilidades de tais políticas no que se refere ao acesso, tanto em número de contratos como de recursos acessados. Niederle e Wesz Junior (2022) consideram que as linhas verdes não conseguem melhores resultados em função da dependência da própria trajetória do Pronaf. Já Fossá e Troian (2024) apontam que o Pronaf segue a mesma lógica e trajetória verificada com as linhas tradicionais do SNCR.

Considerando a discrepância no acesso ao crédito rural, a relevância da agricultura familiar no cenário econômico regional e a importância das políticas que visam incentivar a produção sustentável, o presente estudo tem como objetivo analisar a distribuição e os usos dos recursos das linhas verdes do Pronaf entre os municípios do estado gaúcho, no período entre 2015 e 2025. Para tanto, o texto está organizado em três seções, a contar desta introdução. Na seção a seguir, apresenta-se o caminho metodológico da pesquisa. Na sequência são discutidos os resultados do estudo e as considerações finais, por fim, são apresentadas as referências consultadas.

2. Metodologia

O estudo possui abordagem quantitativa, realizado mediante a coleta e análise de dados secundários, dos microdados do crédito rural no Brasil. A abordagem quantitativa busca teorias objetivas para examinar relações entre variáveis (Creswell, 2021). Os dados utilizados estão disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural. Eles foram coletados no sítio oficial do Banco Central do Brasil, através dos *microdados do crédito rural e do Proagro*. Foram utilizadas as tabelas contendo os *dados de operação contratada*, tantos recursos públicos ou privados, compreendendo a série temporal que tem início em 2015 e termina em 2025. O recorte temporal se justifica devido a disponibilidade dos dados, que inicia no ano de 2015 e à coleta ter sido realizada durante o mês de janeiro de 2026. As

informações coletadas retratam tanto o número de contratos quanto os valores financeiros acessados dos recursos das linhas verdes do Pronaf para cada ano agrícola, considerando os seguintes subprogramas presentes nos microdados: Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, ABC + (Recuperação, Orgânico, Plantio Direto, Integração, Florestas, Ambiental, Manejo de Resíduos, Dendê).

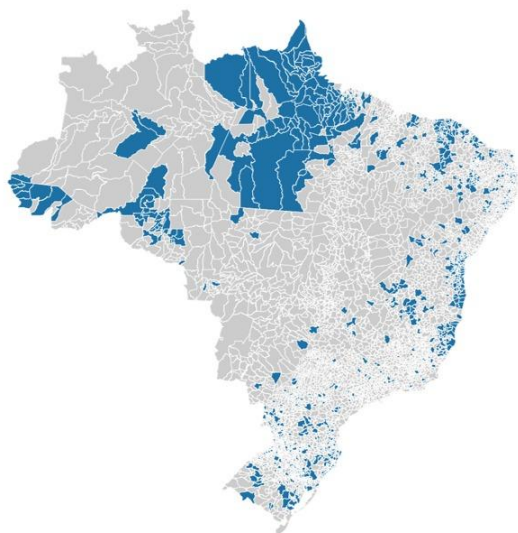
Os valores financeiros de crédito acessados nas linhas verdes do Pronaf refletem os valores monetários a preços de dezembro de 2025, cujo deflacionador utilizado foi o IGP-M, segundo orientações de Hoffmann (2006). Os dados foram analisados por meio da linguagem R, via o programa RStudio, com o uso dos seguintes pacotes: tidyverse, dbplyr, camcorder, ggtext, scales, ggrepel, showtext, sf, DBI, janitor. Além disso, também se utilizou a linguagem SQL, via Postgresql, para manipulação iniciais dos microdados. A análise seguiu a construção de tabelas e gráficos que sumarizam os números de contratos e os valores financiados pelas linhas verdes do Pronaf, em nível agregado (Brasil) ou desagregado (municípios e unidades estaduais).

3. Desenvolvimento

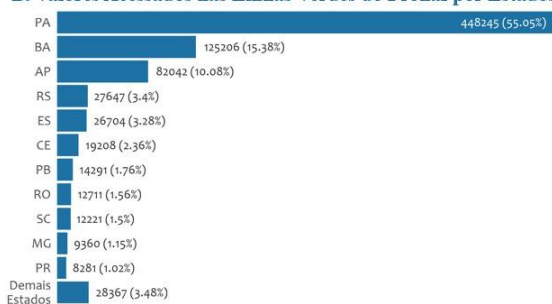
A seção de resultados inicia apresentando a análise das linhas verdes do Pronaf, que incluem os seguintes subprogramas: i) Pronaf Floresta; ii) Pronaf Agroecologia; e iii) Pronaf ABC+. Primeiramente, é apresentado o panorama nacional (Figura 01), destacando a distribuição geográfica das regiões e dos municípios que mais acessaram o programa, além dos valores dos recursos obtidos por estado e a proporção de acesso entre eles. Em seguida, discorre-se, em especial, como o estado do Rio Grande do Sul se insere na dinâmica.

Figura 01. Distribuição geográfica dos recursos das linhas verdes do Pronaf no Brasil entre 2015 e 2025

A. Distribuição Geográfica dos Municípios com Acessos as Linhas Verdes do Pronaf



B. Valores Acessados nas Linhas Verdes do Pronaf por Estados



C. Proporção dos Acessos as Linhas Verdes do Pronaf por Estados



Fonte: Elaboração própria, a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

A Figura 01 apresenta três gráficos relacionados ao acesso às linhas verdes do Pronaf no Brasil. O Gráfico A destaca a distribuição geográfica dos acessos entre os municípios brasileiros. Observa-se uma alta concentração de municípios na região Norte do país, em seguida o Nordeste, além de algumas áreas específicas no Sul e Sudeste. Na Região Norte, o estado do Pará lidera com 55,05% dos valores totais acessados, expressiva margem em relação aos demais estados. O Pará é o maior receptor tanto em valores acessados quanto na distribuição geográfica dos municípios com acesso às linhas verdes do Pronaf, refletindo uma concentração significativa de recursos localmente. O Amapá está em terceiro geral e em segundo na região, com 10,08%. Tal concentração se deve em função do Pronaf Floresta que concentra majoritariamente suas operações nesta unidade da federação (Fossá et al., 2022).

Os possíveis fatores explicativos para a concentração da distribuição podem estar relacionados à ação de projetos ambientais e de manejo sustentável em grande escala na Amazônia. Assim como, a importância estratégica da preservação ambiental e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis na região como, por exemplo, as atividades de recuperação de áreas degradadas, a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e o foco na produção agroecológica de alimentos que, caracterizam-se como importantes ações para promover o desenvolvimento rural sustentável e justificam o elevado volume de recursos direcionados ao Norte, na busca por compatibilizar a produção com a preservação.

Na Região Nordeste, a Bahia é o segundo estado mais relevante em termos de valores acessados (15,38%). A concentração de municípios com acesso no Norte e Oeste do estado indica a relevância do programa para áreas de agricultura familiar em regiões semiáridas. Ademais, com uma participação com valor moderado, na região Sul, o estado do Rio Grande do Sul ocupa a quarta posição com 3,4%. A participação do estado gaúcho sugere que, mesmo com um número expressivo de agricultores familiares, a demanda por recursos de alto valor não é uma realidade. Percebe-se que os recursos das linhas verdes do Pronaf na região Sul podem estar sendo utilizados para projetos de menor porte em comparação à região Norte, bem como melhorias incrementais na produção agropecuária.

Outro elemento a ser considerado se refere à diversificação da produção agrícola na região Sul, que tende a influenciar o tipo de financiamento buscado. Isto é, produções de carne, leite, hortaliças, frutas e grãos são comuns na agropecuária familiar da região, essas atividades podem exigir um financiamento mais moderado, em comparação a projetos de grande porte. Isso significa que, embora os projetos sejam diversos, os volumes de crédito são baixos, resultando em menor soma de valores acessados. Além disso, a região Sul é conhecida pela organização de cooperativas agrícolas e elas tendem a concentrar recursos de forma coletiva, o que pode significar que, mesmo com valores menores individualmente, há uma capilaridade do crédito no estado.

O gráfico C apresenta o número de municípios que acessam as linhas verdes do Pronaf, em comparação com o total de municípios em cada estado brasileiro. Os dados permitem observar uma desigual distribuição entre os estados. A exemplo de Minas Gerais que, apesar de ser o estado com o maior número de municípios no Brasil (853), relativamente, apenas 54 acessaram os subprogramas. No Rio Grande do Sul, dos 497 municípios, 103 acessaram as linhas verdes do Pronaf. Embora seja uma quantidade maior em números absolutos, ainda representa uma baixa penetração em relação ao potencial do estado.

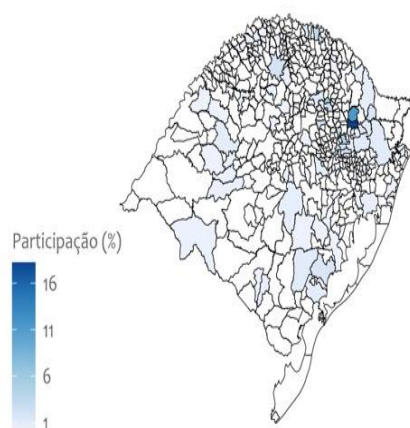
O Rio Grande do Sul apresenta o seu espaço organizado e dividido de acordo com sua estrutura fundiária. Uma parte é de domínio do latifúndio pecuarista, localizado nas mesorregiões Sudoeste e Sudeste que se caracteriza pela concentração de terras em grandes propriedades rurais, com produção baseada na pecuária extensiva, rizicultura e soja, principalmente. A outra fração é de domínio das pequenas e médias propriedades localizadas nas mesorregiões da metade Norte do estado, onde ocorreu a colonização alemã e italiana.

Originalmente, nessas regiões, predominam propriedades familiares com produção diversificada, entretanto, atualmente, essas mesorregiões constituem os espaços modernizados e especializados da agricultura gaúcha com investimentos voltados, sobretudo à exportação (Medeiros e Lindner, 2017).

Para Coronel, Alves e Silva (2007), a baixa produtividade na metade Sul é agravada pela escassez de estímulos econômicos. No setor primário, relaciona-se à limitada diversificação de cultivos, pouco espírito empresarial, deficiência em inovações tecnológicas e, o mais preocupante, a cultura de acomodação que leva à estagnação dos segmentos produtivos. Os autores destacam que as discrepâncias regionais entre a metade Norte e Sul do estado são reflexos dos desafios enfrentados pela pecuária, atividade que historicamente definiu a metade Sul. Além de uma série de fatores, tais como a inadequação dos solos para diversos tipos de cultivo, a distância significativa dos centros de consumo, a falta de infraestrutura de transporte adequada e a concentração excessiva de terras em grandes propriedades, constituem-se como elementos determinantes para a limitada diversificação da agricultura na região. Avançando na análise, na Figura 02, a seguir, evidencia-se a configuração da participação dos municípios gaúchos no acesso às linhas verdes do Pronaf.

Figura 02. Participação dos municípios gaúchos nas linhas verdes do Pronaf entre 2015 e 2025

A. Distribuição Geográfica dos Acessos as Linhas Verde do Pronaf por Município do Rio Grande do Sul



B. Recursos nas Linhas Verdes do Pronaf por Municípios do Rio Grande do Sul



*Demais municípios: São Marcos, Erval Grande, Caxias do Sul, Boa Vista do Sul, Marau, Coronel Pilar, Roca Sales, São Martinho, Cacequi, Pelotas, Canguçu, Santiago, Venâncio Aires, Farroupilha, Três Passos, Crissiumal, Portão, Vacaria, São Vendelino, Barão, Cachoeira do Sul, Candiota, Flores da Cunha, Barros Cassal, Lagoa dos Três Cantos, Mampituba, Araricá, Torres, Cândido Godói, São Vicente do Sul, Marques de Souza, Tenente Portela, Estação, Nova Hartz, Nova Bassano, Tapejara, São Francisco de Assis, Nicolau Vergueiro, Panambi, Água Santa, Santo Antônio das Missões, Paverama, Paraíso do Sul, Dom Feliciano, Entre-Ijuís, Porto Alegre, Encruzilhada do Sul, Osório, Sapiranga, Tupanci do Sul, Camargo, Horizontina, Esmeralda, Dom Pedro de Alcântara, Hulha Negra, Canela, Dois Lajeados, São Valério do Sul, Camaquã, Fagundes Varela, Santa Clara do Sul, Seberi, Sananduva, Sentinela do Sul, Tucunduva, São Jerônimo, Novo Cabrais e Tupandi.

Fonte: Elaboração própria, a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

A participação dos municípios está representada em diferentes tonalidades de azul. A cor escura representa maior porcentagem na participação. A intensidade varia de 1% a 16%. Os municípios com maior participação, destacados em azul escuro, apresentam alta adesão às

linhas verdes do Pronaf, concentram-se, principalmente, na região Noroeste e na Serra Gaúcha e em algumas partes do Sudeste do estado. Há uma quantidade significativa de municípios com baixa participação (tonalidade clara). O contraste na intensidade sugere que, em muitos municípios, os subprogramas ainda não estão implementados.

As linhas verdes do Pronaf, conforme Fossá et al. (2023), têm buscado financiar técnicas produtivas que minimizem o impacto da atividade rural ao meio ambiente, assim como possibilitar ao agricultor familiar o melhor convívio com o bioma onde a sua unidade de produção está inserida. Em relação aos ecossistemas naturais, Paludo e Costabeber (2012), destacam que o modelo de monocultivos tem sido responsável pela perda de biodiversidade em todos os biomas e o fenômeno tem promovido a perda de espécies nativas e o risco de extinção de plantas e de animais silvestres. A simplificação também resulta em crescentes desequilíbrios ecológicos, no rompimento de cadeias tróficas e na artificialização extrema das áreas de produção. Além disso, esse modelo agrícola contribui para a insegurança alimentar, pois o objetivo principal da produção é financeiro.

Para Silva e Souza (2024), um dos motivos para a explicação das desigualdades de distribuição dos recursos das linhas verdes do Pronaf entre as regiões, em especial, o Pronaf Agroecologia, centra-se nas disparidades apresentadas entre as dinâmicas de mercado, a falta de conhecimentos sobre os subprogramas ou até mesmo a forte burocracia contida nas políticas de crédito. Stoffel, Rambo e Eberhardt (2020), também observaram alguns limitantes ao acesso dos agricultores familiares à linha do Pronaf voltada para a agroecologia, sendo eles: i) desconhecimento por parte dos possíveis beneficiários quanto aos procedimentos para acesso; ii) dificuldades para atendimento às exigências de acesso à linha; e iii) receio ao endividamento, falta de divulgação e de interesse por parte das instituições financeiras.

O acesso aos recursos das linhas verdes do Pronaf nos municípios do Rio Grande do Sul se concentra na Serra Gaúcha. O município de Antônio Prado lidera o acesso, com R\$5.042 milhões (18,24% do total). Os municípios de Ipê e Santo Antônio do Palma também se destacam, recebendo R\$3.165 milhões (11,45%) e R\$1.498 milhões (5,42%), respectivamente. Esses três municípios juntos têm mais de 35% dos recursos acessados, ou seja, representam 1/3 do total de recursos distribuídos no estado.

Outros municípios como Bento Gonçalves (4,86%), Cotiporã (3,53%) e Aratiba (3,36%) seguem na lista com valores significativos, mostrando uma distribuição mais moderada do crédito. A distribuição limitada mostra que os recursos estão acessíveis a diferentes regiões, mas ainda existe concentração nos municípios líderes. Um total de R\$7.192 milhões (26,01%) foi alocado para um grupo de 67 municípios que estão categorizados como “demais municípios”, cada um com participação inferior a 1%. Isso reflete uma pulverização dos recursos em várias áreas, mas com um impacto menor individualmente em cada município. O valor combinado é expressivo, mostrando que as linhas verdes do Pronaf são acessadas por um número considerável de municípios, ainda que com menor intensidade.

Sobre os municípios líderes no acesso às linhas verdes do Pronaf, Antônio Prado é um município da região Nordeste, sendo limitado ao Norte pelo município de Ipê, com população estimada de 13.328 habitantes e IDH-M de 0,75 (IBGE, 2024a). O município possui 1.036 estabelecimentos agropecuários, sendo 83,88% caracterizados como agricultura familiar. Na produção agrícola, a uva é o cultivo de maior expressão, seguido do pêssego, ameixa, maçã, caqui, laranja, tangerina, limão, figo, pêra, goiaba e noz. Os principais cultivos da lavoura temporária são alho, cebola, amendoim, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, trigo, tomate, hortaliças e leguminosas diversas (IBGE, 2017).

Antônio Prado se destaca por ser cenário das primeiras experiências em produção agroecológica do RS e do Brasil. A produção agroecológica teve início na primeira metade

dos anos 1980, e a partir das primeiras famílias de agricultores, nasce a Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA), primeira associação de agricultores ecológicos da Serra Gaúcha e uma das primeiras do Brasil. Atualmente, há no município 15 estabelecimentos que possuem certificação de produção agroecológica. Os produtos agroecológicos são comercializados em feiras, lojas e supermercados da região e da capital. Além disso, com o desenvolvimento da produção ecológica no município nasceram inovações sociotécnicas fundamentais para os processos de transição agroecológica no país, tais como a certificação participativa, caldas para controle fitossanitário, biofertilizantes, modificações no manejo de solos, entre outras (Venturin, 2023).

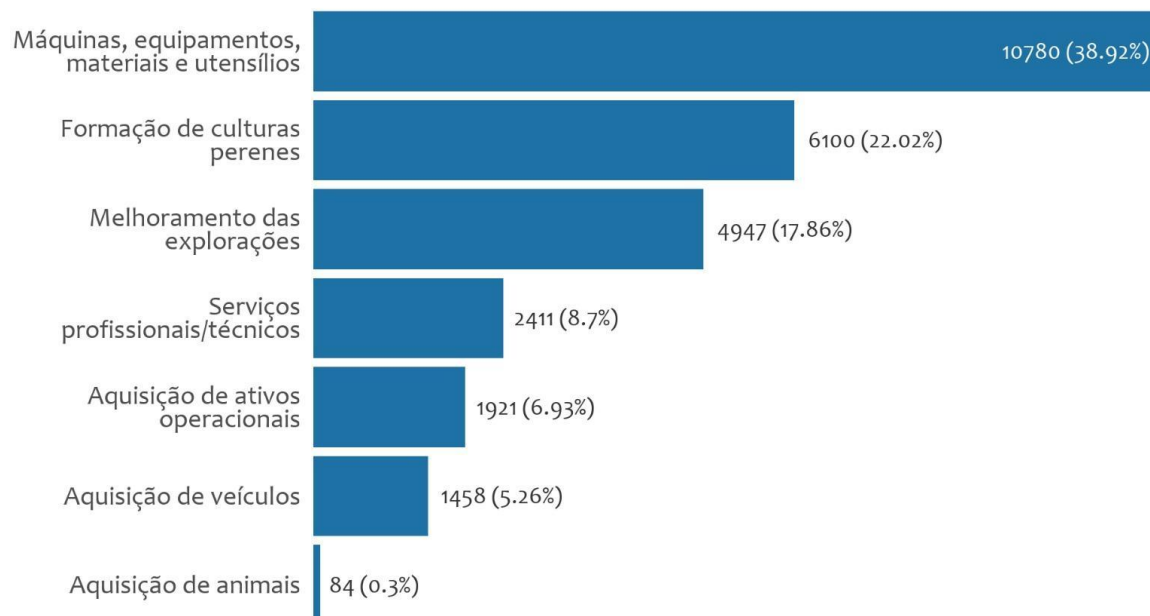
O município de Ipê também se destaca na proposição agroecológica. Município da Serra Gaúcha, com população estimada em 5.496 habitantes e IDH-M de 0,72 (IBGE, 2024b), Ipê foi agraciado com o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica (Brasil, 2010). Nasceu em Ipê o movimento dos agricultores familiares em direção a uma nova forma de fazer agricultura, as famílias estavam em busca de novas atividades, já que tradicionais estavam em crise (Oliveira, Silva e Schneider, 2010). Segundo Oliveira (2020, p.347), “para alguns, representava uma nova possibilidade econômica. Para outros, a motivação fundamental se relacionava com o ‘medo dos venenos’, ou ainda por casos concretos de intoxicação relacionada ao uso de agrotóxicos”. A agricultura ecológica passou a constituir-se como uma alternativa viável e rentável, com a produção de maçã, pêssego, alho e cebola.

Para Oliveira, Schneider e Marques (2017), Ipê e Antônio Prado foram um dos primeiros casos de produção agrícola “fora da linha” no Brasil, com o desvio das regras dominantes do modelo produtivo tradicional. Nestes municípios, há 85 famílias organizadas em oito associações e duas cooperativas de agricultores ecologistas que produzem alimentos ecológicos tais como frutas, hortaliças, grãos e agroindustrializados. Os autores identificaram em Ipê e Antônio Prado nove agroindústrias que produzem principalmente derivados de uva (sucos e vinhos) e de tomate (molhos e extratos). Outra organização fundamental na agricultura agroecológica desses municípios é o Centro Ecológico de Ipê, ONG que, desde o final dos anos 1980, atua na experimentação, formação e assessoria em agricultura ecológica.

As experiências de Antônio Prado e Ipê são representativas na análise da produção agroecológica, dado que as famílias de agricultores têm buscado construir e consolidar mecanismos de agregação de valor aos produtos agrícolas, através da agroindustrialização em pequena escala e da constituição de canais alternativos de comercialização, articulando o redesenho dos agroecossistemas. O cenário reflete a intensidade do acesso ao crédito nas linhas verdes do Pronaf, que se funda no movimento articulado dos atores locais, pela cultura da sustentabilidade e promoção da produção ‘limpa’ e alimentação saudável.

No RS, a maior parte do crédito (38,92%) foi direcionado para máquinas, equipamentos, materiais e utensílios, totalizando R\$10.780 milhões. Isso reflete a importância da mecanização e da infraestrutura nas atividades financiadas pelas linhas. A formação de culturas perenes ocupa o segundo lugar, com R\$6.100 milhões (22,02%), o que sugere um forte incentivo para o cultivo de culturas de longo prazo, como frutíferas ou florestais. Já o melhoramento das explorações recebeu R\$4.947 milhões (17,86%), indicando o foco na melhoria das práticas agrícolas e condições das propriedades rurais. A Figura 03, detalha as principais modalidades de financiamento das linhas verdes.

Figura 03. Modalidade de crédito financiados pelas linhas verdes do Pronaf no Rio Grande do Sul entre 2015 e 2025



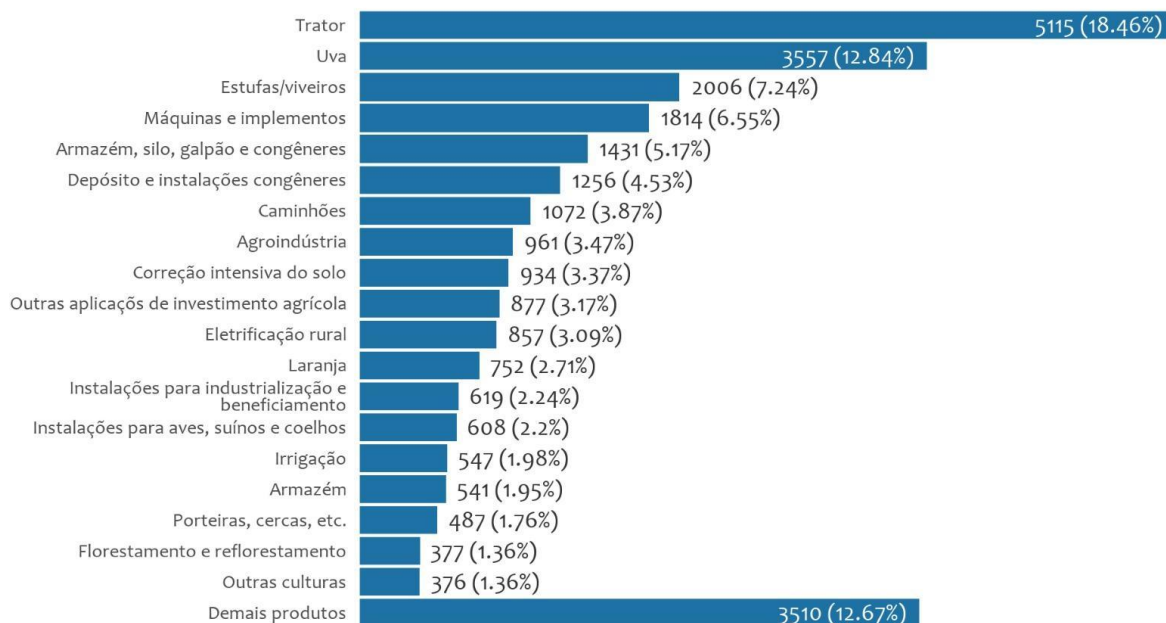
Fonte: Elaboração própria, a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

Serviços profissionais/técnicos representam aproximadamente dois milhões e meio (8,7%). Isso pode incluir consultorias técnicas, assessoria em manejo sustentável ou planejamento agroecológico. A aquisição de ativos operacionais acessou R\$1.921 (6,93%), a aquisição de veículos aparece com R\$1.458 milhões (5,26%), possivelmente voltado para o transporte de insumos, produtos ou máquinas e aquisição de animais (R\$ 84 mil - 0,3%) têm uma participação menor. Os dados indicam que os recursos estão sendo prioritariamente alocados para investimentos em maquinário, melhorias de infraestrutura e formação de culturas perenes, na modernização da agricultura familiar, com ênfase em mecanização, melhorias estruturais e culturas de longo prazo.

Schneider et al. (2020), discorrem acerca da efetividade do Pronaf Agroecologia, como política pública, em comparação com outras modalidades de financiamento da produção agrícola, reforçando a similaridade do modelo de financiamento agroecológico com os mecanismos tradicionais de financiamento do Pronaf. Os autores destacam a melhoria de algumas das características do Pronaf Agroecologia, principalmente no que se refere aos prazos, que deve ser adequado à realidade vivenciada nos processos agroecológicos. Assim como, a promoção de mudanças na forma de atuação dos agentes operadores do crédito para que o programa seja amplamente acessado e atinja um maior número de beneficiários.

A Figura 04, abaixo, apresenta os produtos financiados pelas linhas verdes do Pronaf. Os três principais produtos financiados são tratores (R\$5.115 milhões), uva (R\$3.557 milhões) e estufas/viveiros (R\$2.006 milhões) juntos representam mais de 38% dos recursos aplicados.

Figura 04. Bens financiados via Pronaf Verde no Rio Grande Do Sul entre 2015 e 2025



Fonte: Elaboração própria, a partir da matriz de dados do Banco Central do Brasil.

O Pronaf, ao longo de sua trajetória, tem contribuído para a especialização das atividades agrícolas e a redução da diversificação da produção de alimentos básicos, fortalecendo os agricultores integrados aos mercados (Gazolla e Schneider, 2013; Scapin e Troian, 2023). Fato que pode ser extrapolado e com tendência semelhante de reprodução no caso das linhas verdes do Pronaf, posto que a significativa participação de investimentos em máquinas e equipamentos, tende a estar correlacionado ao modelo de agricultura mais capitalizada e integrada a cadeias de valor.

4. Considerações finais

O Pronaf, enquanto política pública, desempenha um papel de destaque no fortalecimento da agricultura familiar, com diferentes graus de ação e intervenção regional, e reforça a importância de se considerar políticas que possam ampliar o acesso ao crédito em regiões menos dinâmicas e favorecidas. Destaca-se sobretudo, a relevância de políticas de crédito que fomentem a agricultura familiar, como categoria social, a resgatar o seu papel na produção e comercialização de alimentos, de maneira mais sustentável e com respeito ao ambiente, como as linhas verdes foram planejadas.

No entanto, a dinâmica das linhas verdes do Pronaf no estado do Rio Grande do Sul reforça a desigualdade regional, uma vez que o acesso no período em questão – entre 2015 e 2025 – concentra-se na região da Serra Gaúcha. Ou seja, os resultados demonstram a limitação das linhas verdes do Pronaf em contribuir com o processo de desenvolvimento regional, por meio da redução das disparidades socioeconômicas nas regiões, impulsionamento da economia local e diversificação da pauta produtiva do estado.

Os municípios de Antônio Prado, Ipê, Santo Antônio do Palmo e Bento Gonçalves, reconhecidos internacionalmente pela produção de uvas e vinhos, pelas cooperativas agrícolas e a produção agroecológica, acessaram aproximadamente 40% dos recursos das linhas verdes

do Pronaf para todo o estado gaúcho. Em contrapartida, as regiões com grandes extensões de terra e com o avanço da produção de grãos para a exportação vem ameaçando a sustentabilidade e as características do Bioma Pampa.

O uso dos recursos das linhas verdes do Pronaf é fortemente concentrado em uma região e um único produto. Isto é, no Rio Grande do Sul, a maior parte do acesso aos recursos ocorre na Serra Gaúcha para financiar, aperfeiçoar e modernizar a produção de uvas. Além disso, no período em análise, no RS, a maior parte do crédito das linhas verdes foram utilizadas para a aquisição de máquinas, equipamentos, materiais e utensílios, o que leva ao questionamento sobre se, de fato, as linhas verdes fomentam a novidade, a agroecologia e a sustentabilidade ou se elas são apenas ações incrementais, já que financiam os mesmos produtos, bens e equipamentos que o sistema de produção convencional financia.

Por outro lado, de maneira emergente e com menor relevância, tem-se 38 municípios, distribuídos no estado gaúcho, que acessaram os recursos das linhas verdes. Isso pode indicar que agricultores de todo o estado, em menor medida, conhecem e fazem uso das linhas de crédito de fomento à sustentabilidade. O cenário pode sinalizar alternativas produtivas sustentáveis ao modelo hegemônico de produção gaúcha.

Por fim, acredita-se na relevância e necessidade de estudos mais aprofundados para analisar os resultados do crédito verde no dia a dia dos agricultores familiares, na produção e comercialização de alimentos e no desenvolvimento regional. Também, considera-se pertinente pesquisas qualitativas, realizando coleta de dados primários, a partir de entrevistas com agricultores e agentes de desenvolvimento, como técnicos da Emater, por exemplo, para identificar o perfil dos agricultores beneficiados, bem como os entraves e desafios no acesso aos recursos disponibilizados pelas linhas verdes do Pronaf.

Referências

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, Uberlândia, MG, v. 2, n. 4, p. 82-97, 2007.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 163-189, jan./abr. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Tabelas de Crédito Rural e Proagro**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/tabelas-credito-rural-proagro>. Acesso em: 10/03/2024.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 jun. 1996.

BRASIL. Lei n. 12.238, de 19 de maio de 2010. Confere ao Município de Ipê, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Agricultura Ecológica. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 mai. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano/Safra 2024/2025**. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>; Acesso em: 26 out. 2024.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998.

CARGNIN, A. P. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, p. 19-35, 2014.

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A Commoditização do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.

CORONEL, D. A. O modelo italiano de desenvolvimento: algumas proposições para a Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Revista da FAE**, Curitiba, PR, v. 10, n. 2, p.17-27, 2007.

CORONEL, D. A.; ALVES, F. D.; SILVA, M. A. Notas sobre o processo de desenvolvimento da Metade Sul e Norte do Estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, RS, v. 3, n. 2, p. 27-43, 2007.

CRESWELL, J. D. **Projetos de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2021.

FERRON, J.; TROIAN, A. O processo de implantação dos assentamentos rurais em Santana do Livramento (RS). **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, RS, v. 32, 2020.

FOCHEZATTO, A.; CÉSPEDES, C. H. R. Demografia de empresas no Rio Grande do Sul: uma análise das diferenças regionais no período 2006-2013. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 38, n. 88, p. 229-251, 2023.

FOSSÁ, J. L.; TONEZER, C.; BADALOTTI, R. M. As linhas alternativas do PRONAF em Santa Catarina: alcances e limites. **Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, SC, v. 15, n. 1/2, p. 40-56, 2018.

FOSSÁ, J. L.; VILLWOCK, A. P. S.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 22, n. 60, p. 1-22, 2024.

FOSSÁ, J. L. et al. (A falta de) financiamento de crédito rural: reflexões a partir do PRONAF linhas “verdes”. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, RS, v. 20, n. 2, abr./jun. 2023.

FOSSÁ, J. L.; VILLWOCK, A. P. S.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 22, n. 60, 2024.

FOSSÁ, J. L.; TROIAN, A. Análise da distribuição do crédito rural nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, MG, v. 19, n. 55, p. 51–75, 2024.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, p. 45-68, 2013.

GRIN, E. J. et al. O mapa regional das múltiplas desigualdades e do desenvolvimento humano no Brasil. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n. 2, 99-122, 2021.

GRISA C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2015.

HENTZ, A. C. G. **A Pobreza na metade sul do Rio Grande do Sul**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4^a ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26^a ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SCR - Sistema de Contas Regionais**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Antônio Prado. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/antonio-prado/pesquisa/24/76693>. Resultados definitivos 2017. Acesso em: 06 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. **Índice de Desenvolvimento Humano 2021**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 27 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**: Antônio Prado. 2024a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/antonio-prado/panorama>. Acesso em: 07 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**: Ipê. 2024b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ipe/panorama>. Acesso em: 08 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**: Bento Gonçalves. 2024c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bento-goncalves/panorama>. Acesso em: 12 out. 2024.

LOPES, L. M. R. C de A.; ALMASSY JUNIOR, A. A. O financiamento da produção sustentável na agricultura familiar: uma análise do PRONAF no estado da Bahia. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, SC, v. 13, p. 63-84, 2023.

MAIA, J. F.; TROIAN, A. O Pampa Gaúcho: fatores materiais e imateriais na consolidação do território. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 31, n. 57, p. 01-19, 2022.

MAIA, J. F.; TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A.. A Imaterialidade do material: o Pampa Gaúcho na prática e no imaginário dos agricultores e pecuaristas familiares agroecológicos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 20, n. 1, 2024.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, PB, v. 35, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2015.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (orgs.). **Dinâmica do espaço agrário**: velhos e novos territórios – NEAG 10 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

NETTO, T. A.; VARGAS, D. L de. Territorialização da soja no contexto da agricultura familiar na fronteira Brasil/Uruguai. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 428-447, 2019.

NIEDERLE, P.; WESZ JUNIOR, V. A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais. **Revista Raízes**, Campina Grande, PB, v. 42, n. especial, dez. 2022.

OLIVEIRA, D. Inovação e transição agroecológica em Ipê e Antônio Prado/RS. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 339-363, jun. 2020.

OLIVEIRA, D.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A conquista da autonomia através dos mercados: como pequenos agricultores mudaram sua forma de produzir e comercializar a produção em Ipê (RS). **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 28, p. 249-282, 2010.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, S.; MARQUES, F. C. Contextualização e práticas criativas na agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS: o biofertilizante Super Magro como objeto epistêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 41, p. 83-104, ago. 2017.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, Toledo, PR, v. 25, n.1, p. 203-219, jan./jun. 2021.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J. A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M (Orgs.). **Formação econômica do Brasil**. 2^a ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

SCAPIN, B.; TROIAN, A. PRONAF e Território: O Crédito Rural na Agricultura Familiar da Quarta Colônia/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 21, n. 59, p.1-19, 2023.

SCHNEIDER, A. L. et al. Análise da funcionalidade do PRONAF Agroecologia em uma propriedade na região noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, MG, v. 10, n. 1, p. 164-174, 2020.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 42-67, jan./abr. 2021.

SILVA, M. A. B. da; SOUSA, E. P de. Análise evolutiva do Pronaf Bioeconomia nas regiões brasileiras, 2018-2023. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, RS, v. 31, n. 2, 2024.

SOARES, P. R. R. “Décadence avec élégance”: uma crítica ao discurso da Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 2, n. 1, p. 67-85, 1996.

SOARES, P. R. R.; SASSI, L. O. A RIDE Metade Sul do Rio Grande do Sul e as escalas do planejamento regional. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, n. 34, p. 124-134, 2019.

STOFFEL, J.; RAMBO, A. G.; EBERHARDT, P. Condições de acesso à linha do Pronaf Agroecologia no Território da Cantuquiriguaçu/PR. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 25, n. 2, p. 809-831, 2020.

TILLMANN, E. A.; MENEZES, G. R.; FERNANDEZ, R. N. Análise das diferenças regionais do estado do Rio Grande do Sul. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 32, 2017.

TOLEDO, E.; ZONIN, V. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, p.141 –162, 2021.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 18, n. 50, 2020.

VENTURIN, E. **Representações sociais dos jovens rurais acerca do trabalho na agricultura familiar e da vida no meio rural em Antônio Prado/RS**. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.